

A sessão de ontem foi aberta por uma homenagem ao jornal *Correio Braziliense*

PÁGINAS 6 E 7

Justiça Federal terá juizados de pequenas causas

Emenda aprovada em plenário permite acelerar processos de pequeno valor que envolvam o governo

A Justiça Federal passará a ter juizados especiais para cuidar de processos de pequeno valor que envolvam o governo federal. A inovação está prevista em emenda constitucional aprovada ontem por unanimidade, em primeiro turno, pelo plenário. Os novos juizados deverão tratar de temas como pagamento de benefícios previdenciários e reajuste de prestações habitacionais. “Estes juizados serão extremamente importantes para o exercício da cidadania”, prevê o senador José Fogaça, relator da matéria.

Foram autorizadas ainda operações de crédito junto ao Banco Mundial, no valor de até US\$ 1,01 bilhão, dentro do programa de apoio financeiro ao país, e de 18 bilhões de ienes, junto ao Banco do Japão, para o setor de ciência e tecnologia.

PÁGINA 3

PAULO HARTUNG

Senador quer Espírito Santo respeitado

Em seu primeiro pronunciamento, o senador Paulo Hartung disse que interesses da população capixaba têm sido desconsiderados.

PÁGINA 5



Niemeyer conhece o novo espelho d'água

Arquiteto foi recebido pelo presidente do Senado e considerou a obra “muito bonita”

PÁGINA 2

JOSÉ ALENCAR

Estímulo à produção é prioridade

O senador José Alencar prometeu empenhar-se pela reativação da economia e pela defesa dos interesses nacionais.

PÁGINA 5



Plenário aprova 13 matérias na semana

PÁGINA 4

Rio recebe de volta contrato da dívida

O contrato de refinanciamento da dívida do Rio de Janeiro, cuja tramitação ainda não foi concluída, será devolvido ao governo estadual. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, após receber em audiência o governador Anthony Garotinho.

PÁGINA 2

Contrato do RJ é devolvido a pedido de Garotinho

Decisão permitirá alterar os termos da renegociação da dívida pública do estado junto ao governo federal

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que lhe entregou carta formalizando pedido de devolução ao Banco Central do contrato de refinanciamento da dívida estadual. A solicitação, esclareceu o governador, foi acordada com o governo federal e tem anuência do Ministério da Fazenda. Antonio Carlos informou que, diante do pedido e do

fato de o contrato não estar com sua tramitação concluída no Senado, atenderia o pleito.

Antes de reunir-se com Antonio Carlos, o governador encontrou-se com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário-executivo do ministério, Pedro Parente. O objetivo foi ajustar a futura renegociação da dívida estadual, segundo revelou Garotinho. Ele também forneceu ao senador Antonio Carlos

Magalhães detalhes sobre esses entendimentos. Um novo conceito de receita líquida e a revisão da Lei Kandir são alguns aspectos concretos e objetivos da renegociação, que deverá reduzir o peso do serviço da dívida fluminense.

Os senadores Saturnino Braga (PSB-RJ), Emilia Fernandes (PDT-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Sebastião Rocha (PDT-AP) acompanharam o encontro do governador do Rio com ACM.



Solicitação feita pelo governador Anthony Garotinho foi prontamente atendida pelo senador Antonio Carlos Magalhães



SEXTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira (8.3.99)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (9.3.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 54/95, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Canavial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Redenção - CE.; e *PDL nº 124/95, que renova a permissão outorgada à Rádio Riviera Ltda., posteriormente transferida à Rádio Terra FM de Goiânia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia - GO.

Quarta-feira (10.3.99)

10h - Sessão Solene do Congresso Nacional em Homenagem às Mulheres

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: *PDL nº 57/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife - PE.; e *PDL nº 25/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina - BA.

Quinta-feira (11.3.99)

14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (12.3.99)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (9.3.99)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação da *Mensagem nº 59/99, que submete ao Senado o nome do senhor Amauri Serralvo para exercer o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça; *Mensagem nº 60/99, que submete ao Senado o nome do senhor João Bosco Leopoldino da Fonseca para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça; e *Mensagem nº 78/99, que submete ao Senado o nome do senhor Walton Alencar Rodrigues para compor o Tribunal de Contas da União, no cargo de ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Átila Alvares da Silva. Local: Ala Senador Alexandre Costa - sala 19

ACM se reúne com presidente da Fiemg

O presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Stefan Bogdan Salej, esteve ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a quem veio agradecer o esforço feito pelo Congresso para, sob a liderança do senador, aprovar as reformas.

Segundo Salej, a visita deveria ter acontecido no mesmo dia em que esteve com o presidente da Câmara, Michel Temer, para fazer agradecimento semelhante. Mas, por motivos alheios à sua vontade, somente agora pôde encontrar-se com ACM. Ele disse ter aproveitado para discutir o encaminhamento das reformas tributária e política e os interesses comuns que unem Minas e Bahia.

Economia é tema de conversa com deputado chileno

Antonio Carlos também recebeu ontem o presidente da Câmara dos Deputados do Chile, Guttemberg Martinez, com quem trocou impressões a respeito da economia internacional e do fenômeno da globalização.

A situação do Brasil e do Chile e as perspectivas do Mercosul também fizeram parte da conversa, na qual Martinez e ACM reafirmaram o interesse em aproximar cada vez mais os dois países. À saída, Martinez disse que ambos concluíram "ser inevitável a globalização e fundamental que os países busquem o desenvolvimento em bases competitivas".

Deputados federais do PFL levam solidariedade a Antonio Carlos

Uma comissão de deputados do PFL, liderada por Inocêncio Oliveira (PE), foi hipotecar a ACM o apoio e a solidariedade da bancada do partido na Câmara, "diante da agressão brutal recebida de um ministro do Tribunal Superior do Trabalho".

Emocionado, o senador agradeceu o apoio e renovou sua convicção de que o país precisa de uma "agenda positiva que lhe permita retomar o desenvolvimento, realizando as reformas necessárias para isso".

Antonio Carlos manifestou sua



Parlamentares pefelistas condenaram "agressão" cometida por ministro do TST

confiança de que o PFL continuará a desempenhar papel fundamental para a estabilidade e o desenvolvimento nacionais, renovando seu repúdio ao recurso "a questões pes-

Niemeyer quer mais um espelho d'água no Congresso

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu a visita do arquiteto Oscar Niemeyer, que aprovou o espelho d'água construído defronte ao Congresso Nacional, e apresentou proposta de construção de um outro, na parte do prédio que dá para a Praça dos Três Poderes.

— Estou satisfeito. A obra ficou muito bonita, tanto que gostaria de repetir do outro lado — disse Niemeyer.

Depois de conversar com o visitante sobre o novo projeto, o senador desceu com ele a rampa do Congresso, para observar o espelho d'água, obra realizada a partir de idéia do presidente do Senado.

— Gostei do lago porque enriqueceu o

prédio — afirmou o arquiteto.

Antonio Carlos elogiou o projeto apresentado por Niemeyer, que inclui a ampliação do lago existente do lado do prédio do Congresso voltado para a Praça dos Três Poderes, criação de espaço de garagem subterrânea e a construção de uma rampa ligando um ponto ao lado do gabinete do presidente do Senado à fachada do Museu Histórico de Brasília.

— O esboço apresentado é maravilhoso. Vamos fazer um orçamento e depois detalhar o projeto, e realizá-lo, Câmara e Senado. Mais uma vez, Niemeyer vai servir ao Congresso e ao país, com uma obra bem ao seu jeito — afirmou o presidente do Senado.

soais" por parte do ministro do TST Almir Pazzianotto, no debate sobre a necessidade da Justiça do Trabalho no país. O senador lembrou que o Congresso é o fórum adequado para se avaliar a necessidade e importância das instituições públicas, sua manutenção ou supressão. "Talvez seja isso que eles temem", observou.

Ele revelou aos deputados que, durante encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso, ouviu dele referências elogiosas à recente reunião que teve com a bancada. Antonio Carlos reafirmou seu apoio e lealdade ao presidente, sem abrir mão das responsabilidades que os líderes têm, "no sentido de apontar e advertir para possíveis erros ou problemas".

O arquiteto disse que está aproveitando esta passagem por Brasília para estudar problemas da cidade e manterá contatos com o governador. Ele enfatizou sua preocupação com o aumento da população:

— A cidade está crescendo, e tem problemas. O problema principal é grave: o aumento da densidade demográfica. Há gente demais. É preciso conter, e conter o lucro imobiliário. A cidade chegou a um ponto grave de decisão, porque se a densidade demográfica continua aumentando, terá repercussões no tráfego e outros setores. Já temos problemas assim no Rio e em São Paulo, que não podemos esquecer — salientou.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Processos de pequeno valor ficarão mais ágeis

Senado aprova criação de juizados especiais com competência para julgar questões em que a União estiver envolvida

Por unanimidade, o plenário do Senado aprovou ontem emenda à Constituição que permitirá a aceleração dos processos de pequeno valor que envolvem o governo federal, incluindo reajustes de prestação do SFH, pagamento de benefícios pelo INSS e indenizações que as pessoas reivindicam de órgãos públicos federais. Trata-se de emenda que cria juizados especiais na Justiça Federal.



Fogaça considera tribunais importantes para o exercício da cidadania

A Constituição de 88 havia criado, e já funcionam, os chamados juizados de pequenas causas, para assuntos penais e matérias cíveis, mas apenas no âmbito das justiças estaduais. Agora, eles serão estendidos à Justiça Federal, a quem compete julgar ações que envolvem a União ou seus órgãos. A emenda será votada em segundo turno na segunda quinzena deste mês e, se referendada pelos senadores, será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara. Para a implanta-

ção definitiva desses juizados, ainda terá de ser votada uma lei com sua regulamentação.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Fogaça (PMDB-RS), afirmou que os juizados também ficarão encarregados de julgar as infrações penais "de menor potencial ofensivo".

— Estes juizados serão extremamente importantes para o exercício da cidadania. Um cidadão que tem, por exemplo, seu carro abalroado por um jipe do Exército encontra enorme dificuldade para receber sua indenização, por causa da lentidão e dos custos advocatícios e processuais. Com os novos juizados, o problema poderá ser resolvido em apenas uma audiência, onde o interessado poderá se manifestar oralmente — disse Fogaça.

Em exposição de motivos que acompanha a proposta de emenda, o então

ministro da Justiça e senador Iris Rezende (PMDB-GO) lembra que, além de beneficiar os cidadãos diretamente, os novos juizados irão desafogar a Justiça Federal, abarrotada por processos de menor valor. Lembrou que a grande vantagem desses foros é a possibilidade de se resolver tudo em uma ou duas audiências, onde a argumentação é feita de forma oral, sem processo burocrático ou formalismos.

Durante a votação, a senadora Marina Silva (PT-AC), líder do Bloco Oposição, recomendou voto favorável e observou que a mudança constitucional tem grande alcance social e facilitará o acesso das populações pobres à Justiça.

A mesma proposta de emenda à Constituição alterou um artigo da Constituição que fala da concessão de *habeas corpus*. O objetivo, conforme o senador José Fogaça, é dividir melhor as tarefas nos tribunais superiores e desafogar o Supremo Tribunal Federal. Com a mudança, todos os pedidos de *habeas corpus* por prisão preventiva, que tenha sido decretada por tribunais subordinados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), deverão ser dirigidos ao STJ, e não mais ao STF.



Suassuna diz que um dos empréstimos destina-se ao saneamento da Previdência



Osmar Dias esclareceu que operação tem caráter exclusivamente financeiro

Aprovadas autorizações para empréstimos junto ao Banco Mundial

O plenário do Senado aprovou ontem dois projetos de resolução que autorizam o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Mundial, no valor total de até US\$ 1,01 bilhão. Os recursos fazem parte do apoio financeiro ao país liderado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e por organizações multilaterais. Também foi aprovado crédito externo de 18 bilhões de ienes, com o Banco do Japão, para o setor de ciência e tecnologia.

Do total da ajuda financeira do FMI, de US\$ 41,5 bilhões, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) participarão, cada um, com US\$ 4,5 bilhões, sendo os empréstimos aprovados apenas parte desses recursos, segundo observaram os relatores das matérias na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Osmar Dias (PSDB-PR).

O primeiro projeto aprovado autoriza a operação de crédito de até US\$ 252,52 milhões, na modalidade de ajuste setorial, para a Rede de Proteção Social. O relator na CAE, senador Osmar Dias, disse que a operação "tem caráter exclusivamente financeiro, vinculando-se a destinação dos recursos ao pagamento de dívida externa, conforme foi explicitado pelo ministro interino da Fazenda, Pedro Parente".

Tendo como relator Ney Suassuna, o segundo projeto aprovado autoriza a operação de crédito de até US\$ 757,57 milhões, também na modalidade de ajuste setorial, mas com a finalidade de promover o ajuste nas contas da Previdência Social.

Os recursos da operação, de acordo com Suassuna, serão depositados em uma única operação, denominada "Conta de Depósito", que é do Banco Central e titulada pela Secretaria do Tesouro.

Durante a discussão dos empréstimos do Banco Mundial, José Eduardo

Dutra (PT-SE) disse que os recursos, na verdade, não serão aplicados na área social nem na Previdência Social, mas utilizados para amortizar a dívida externa.

Osmar Dias afirmou que deu parecer favorável até porque o Senado já aprovou a ajuda global do FMI, mas ressaltou que se sentiu na obrigação de colocar, em seu parecer, as observações do ministro de que os recursos servirão para amortização da dívida.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a política econômica do governo, observando que houve aumento da dívida interna de R\$ 60 bilhões para R\$ 400 bilhões e que a alta dos juros permanecerá pelos próximos quatro anos, além de o país voltar a enfrentar a inflação.

Já o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que "inventaram uma tal Rede So-

cial" para justificar os empréstimos, mas essa é uma "rubrica vazia", já que o próprio Ministério da Fazenda declarou que os recursos servirão para pagar a dívida externa. O senador criticou o sistema de livre mercado e disse que o Brasil está sendo "escravizado e sugado por vampiros".

O outro projeto de resolução aprovado na sessão plenária autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Export-Import Bank of Japan (Jexim), no valor de dezoito bilhões de ienes (moeda japonesa), para financiar parcialmente o Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia.

O relator da matéria na CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), observou que é importante a modernização do setor de ciência e tecnologia, devido à "necessidade de se equiparem convenientemente os setores de pesquisa científica e tecnológica das universidades e instituições de pesquisa". Marina Silva anunciou o apoio do Bloco Oposição ao projeto, mas lamentou que os recursos não se estendam a empresas do setor para gerar empregos.

Recursos fazem parte do apoio financeiro ao país, liderado pelo Fundo Monetário Internacional e organizações multilaterais

Exploração de cavernas sem permissão dará multa

Quem entrar em alguma das três mil cavernas do país sem permissão do governo poderá ser multado em até R\$ 1.000,00. Já quem explorar minerais de cavernas ou numa distância de até 300 metros de sua entrada poderá receber multa de até R\$ 100 mil. As punições constam de projeto de lei aprovado ontem pelo plenário do Senado, o qual estabelece todas as normas para defesa das cavernas e grutas brasileiras.

O projeto, que ainda será votado pelos deputados, proíbe qualquer lavra mineral ou obra nas proximidades das cavernas, inclusive rodovias para sua exploração turística. Pela Constituição, tais acidentes geológicos pertencem à União, mas sua proteção e exploração turística poderão ser repassadas aos estados e municípios por convênio com o governo federal.

O projeto determina que as atividades atualmente exercidas nas cavernas terão de receber licenciamento ambiental nos seis meses seguintes. Prevê ainda que o governo federal irá elaborar o Cadastro Nacional do Patrimônio Espeleológico, em parceria com estados, municípios e entidades representativas da comunidade técnico-científica do país.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/97, na Câmara dos Deputados). Presidente da República. Acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal. (criação juizados especiais - *habeas corpus* - tribunal superior-STF e tribunal estadual-STJ).

Resultado: Aprovada, em primeiro turno. Votaram: Sim: 61; Não: 0; Abst: 0; Total: 61. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do próximo dia 15, para o primeiro dia de discussão, em segundo turno.

2

Projeto de Resolução nº 8, de 1999 (CAE). Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o The Export-Import Bank of Japan - JEXIM, no valor equivalente a dezoito bilhões de ienes, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Resolução nº 9, de 1999 (CAE). Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até US\$ 252.521.000, na modalidade de ajuste setorial, Rede de Proteção Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Resolução nº 10, de 1999 (CAE). Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Mundial, no valor equivalente a até US\$ 757.570.000, na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1996 (nº 5.071/96, na Casa de origem). Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com o inciso X do art. 20 e o inciso V do art. 216 da Constituição federal e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o substitutivo. Rejeitado o art. 17, destacado. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Senado apreciou 13 matérias em uma semana

Escolha da diretoria do Banco Central, votações de operações de crédito externo e propostas criando juizados especiais e normas de proteção às cavernas nacionais foram assuntos votados pelos senadores nos últimos dias

Do comando do Banco Central à agenda de pagamentos de contas pelos usuários de serviços públicos, importantes assuntos de interesse dos cidadãos foram objeto de deliberação do Senado esta semana. No total, o plenário apreciou treze matérias, entre elas a criação de juizados especiais federais e a proteção das cavernas brasileiras.

A indicação de Armínio Fraga Neto foi aprovada por 57 votos favoráveis e 20 contrários. Durante a discussão da matéria, 12 senadores ocuparam a tribuna. O líder do governo, senador Romeu Tuma (PFL-SP), argumentou que, diante da crise que angustia o país, é preciso dar respaldo às autoridades governamentais. A oposição criticou Armínio Fraga por sua vinculação com o megaspeculador George Soros.

O projeto sobre pagamento de contas de serviços públicos, oriundo da Câmara e enviado à sanção, obriga as concessionárias a colocar à disposição dos usuários seis datas diferentes para que este escolha a que lhe for mais conveniente. A possibilidade de criação de juizados especiais federais é prevista em proposta de emenda constitucional de autoria do Executivo, aprovada em primeiro turno.

Os senadores aprovaram ainda

autorização para que a União contrate empréstimo externo no valor de até US\$ 1,010 bilhão. Os recursos fazem parte do programa de ajuda financeira do FML, cujo valor total deve chegar a US\$ 41,5 bilhões. Treze senadores votaram contra, sustentando que os recursos destinam-se exclusivamente à amortização da dívida externa.

A Casa também aprovou, por unanimidade, emenda constitucional que possibilita a criação de juizados especiais na Justiça do Trabalho e permite o julgamento de *habeas corpus* pelo STJ. A proposta, que na opinião do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da matéria, atende aos interesses da cidadania por agilizar o andamento de processos, ainda será apreciada em segundo turno. A votação deve ocorrer no próximo dia 15.

Substitutivo da senadora Marina Silva (PT-AC) dispo de proteção das cerca de três mil cavernas do país também foi aprovado. O projeto, que, entre outras coisas, proíbe qualquer obra a menos de 300 metros da entrada de qualquer caverna, retornou à Câmara dos Deputados.

Em segundo turno de votação, o plenário aprovou projeto que estabelece nas ações trabalhistas movidas por trabalhadores rurais



Plenário aprovou projeto que estabelece nas ações trabalhistas rurais o mesmo prazo de cinco anos das ações urbanas

o mesmo prazo de prescrição fixado para os trabalhadores urbanos, que é de cinco anos. Atualmente, não há prazo definindo o período em que um trabalhador rural poderá reivindicar direitos trabalhistas.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciou cinco pedidos de autorização para operações de crédito. Entre eles, um do estado do Rio de Janeiro para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 180 milhões. A matéria será apreciada em regime de urgência na sessão de terça-feira. A comissão também aprovou requerimento de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM) solicitando audiência pública com autoridades do governo para debater o *bug* do milênio, possível colapso dos sistemas de processamento que não forem alterados na virada do ano.

DISCUSSÕES

A saúde financeira dos estados foi tema de debates no plenário da Casa durante a semana. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que vai colaborar para resolver o problema do endividamento e acenou com a possibilidade de uma revisão nas operações não votadas ou sem parecer de comissões. "Só não farei o que não for regimental e constitucional", anunciou.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), abordando o assunto, elogiou a reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com os governadores, realizada na última sexta-feira, dizendo que o encontro foi um avanço. O senador Wellington Roberto (PMDB-PB) criticou os governadores opositores e afirmou que eles estavam tirando proveito pessoal e partidário da crise.

Plenário delibera sobre concessões de rádio em quatro estados

Nas sessões de terça (9) e quarta-feira (10) da semana que vem, o plenário do Senado deverá deliberar sobre concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão sonora no país.

Na terça-feira, o Senado analisará os pareceres favoráveis à permissão para que a Rádio FM Canavial e a Rádio Terra FM de Goiânia explorem serviços de radiodifusão em

frequência modulada (FM) nas cidades de Redenção (CE) e Goiânia (GO), respectivamente. Na quarta-feira os pareceres favoráveis à renovação da permissão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco, que explora uma FM em Recife, e à renovação de concessão deferida à Rádio Clube Rio do Ouro, de Jacobina (BA), serão submetidos à deliberação do plenário.

CAE aprecia na terça indicações para presidente e conselheiro do Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), reúne-se na próxima terça-feira, a partir das 10h, para apreciar a indicação pelo presidente da República de nomes para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, e para o Tribunal de Contas da União (TCU). A votação deverá ocorrer em sessão secreta.

Para o cargo de procurador-geral do Cade é indicado Amauri Serralvo e para o cargo de conselheiro João Bosco Leopoldina da Fonseca. Para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União o indicado é Walton Alencar Rodrigues, na vaga deixada pelo ministro Carlos Átila Alves da Silva, que se aposentou.



Senador Fernando Bezerra convocou próxima reunião da CAE para terça-feira, às 10h

Congresso realiza sessão solene em homenagem às mulheres

O Congresso Nacional realiza na quarta-feira, às 10h, sessão solene em homenagem às mulheres, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher (que se comemora no dia 8 de março), resultado de um requerimento apresentado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS). No mesmo dia, às 14h, haverá um ato público no Salão Negro. A partir de segunda-feira, a Subsecretaria de Relações Públicas promove a 2ª Semana da Mulher, com exposição na Senado Galeria sobre a saúde feminina (até o dia 19), ciclo de debates (dias 10 e 11) e programação especial do projeto Cultura ao Meio-Dia, exibindo o filme *Carlota Joaquina*.



Emília Fernandes é a autora do requerimento para sessão que homenageará as mulheres

Matérias aprovadas nesta semana

(de 1 a 4 de março)

Projetos aprovados e enviados à promulgação	4
Projetos aprovados e enviados à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Mensagens de escolha de autoridades	6
Projetos aprovados em primeiro turno	1
Total de matérias aprovadas	13
Total de matérias apreciadas	13

Matérias apreciadas na 51ª Legislatura

Projetos aprovados e enviados à promulgação	5
Projetos aprovados e enviados à promulgação	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	2
Mensagens de escolha de diplomatas	4
Mensagens de escolha de autoridades	6
Projetos aprovados em primeiro turno	2
Total de matérias aprovadas	20
Projetos enviados ao Arquivo	1
Total de matérias apreciadas	21

Hartung quer que Espírito Santo seja ouvido

Em seu primeiro discurso no Senado, representante capixaba promete luta para que estado tenha voz e lamenta que interesses da população estejam sendo desconsiderados no cenário nacional

Em seu primeiro discurso como senador, Paulo Hartung (PSDB-ES) anunciou que vai lutar para que o Espírito Santo seja respeitado dentro da Federação. Para ele, as vantagens econômicas que o estado oferece ao país são anuladas pela desvantagem política que tem na discussão de um projeto nacional:

– Aqui nesta Casa, vou lutar para que o Espírito Santo tenha vez e tenha voz. Não quero benesses, dispênsos privilégios. Quero apenas que meu estado seja ouvido – disse Hartung ontem da tribuna.

Os interesses do povo capixaba, continuou, muitas vezes foram desconsiderados no cenário nacional. Segundo o senador, se não fosse a construção do Porto de Vitória, iniciada há cem anos, a economia do estado não teria experimentado o crescimento que lhe foi proporcionado.



Para Hartung, crescimento econômico do Espírito Santo está ameaçado

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) concordou com seu colega de bancada, ao avaliar que o Espírito Santo ficou à parte no processo de desenvolvimento, principalmente após

a democratização do país:

– Parece que existe no governo federal um movimento para criar estados centralistas e estados periféricos. Delegacias e órgãos públicos federais do Espírito Santo foram transferidos para o Rio de Janeiro. Está na hora de os estados periféricos começarem a advertir o governo federal para essa situação – disse Camata.

Depois de fazer uma avaliação da economia capixaba, seus principais produtos e empresas, Hartung disse que, na sua avaliação, o crescimento do estado está ameaçado. O corredor Centro-Leste, por exemplo, capaz de escoar a produção de Minas Gerais e do Centro-Oeste, vem sendo preterido pela política de investimentos da União.

CONSTITUIÇÃO

O senador abordou ainda as “complicações institucionais” advindas da Constituição de 1988. Para ele, o pro-

cesso de transição institucional, que culminou com a redemocratização, foi marcado por um grande equívoco em relação ao papel do Estado no desenvolvimento brasileiro:

– A engenharia econômica retardou a abertura comercial e a modernização de nosso parque produtivo, o que depois acabou acontecendo de forma desorganizada e incompleta. A modernização feita de cima para baixo, socialmente excludente, ignorou o país de carne e osso, que continua no atraso – analisou.

Hartung acredita que cabe aos políticos modernos, incluídos os de sua geração, fazer com que a reforma do Estado seja instrumento de uma política de igualdade de oportunidades.

O senador Roberto Freire (PPS-PE), em aparte, disse que Hartung é um dos que entendem a necessidade de mudança do Estado, para ajudar a esquerda a se

modernizar e a se apresentar como uma verdadeira opção de poder para o país.

– Estamos nos afastando perigosamente do objetivo de um Estado democrático moderno, forte, eficiente, transparente, descentralizado, motivado por prioridades claras, capaz de apoiar os setores estratégicos da economia e direcionar seus serviços para aqueles que mais necessitam – declarou o novo senador pelo Espírito Santo, que questionou o “fundamentalismo” do mercado e as fórmulas neoliberais.

Os senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Antero de Barros (PSDB-MT), Luiz Estevão (PMDB-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), Osmar Dias (PSDB-PR), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Ney Suassuna (PMDB-PB) apartearam o discurso de Paulo Hartung, desejando sucesso ao novo senador em seu mandato no Senado.

Suplicy pede informações sobre menores seqüestrados

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de informações aos ministros da Justiça e das Relações Exteriores sobre as providências que estão sendo adotadas para solucionar o repatriamento dos menores Belal Atef Abbas e Hamze Atef Abbas, que foram seqüestrados pelo pai e devem estar no Líbano.

Suplicy explicou que o pai, Atef Said Abbas, falsificou a assinatura da esposa na autorização utilizada para retirar as crianças do Brasil e que, apesar das providências tomadas pelo governo brasileiro após a publicidade dada ao

caso, há mais de um ano a mãe não tem qualquer notícia dos filhos.

No requerimento, o senador pede informações sobre o andamento dos processos que correm na Justiça libanesa contra Atef e como e com que frequência os ministérios mantêm Vagna Bandeira Abbas informada desse andamento. Suplicy pede ainda informações sobre o estado de saúde e a segurança dos menores e como o governo brasileiro pretende repatriá-los, uma vez que o pai evadiu-se do Líbano para a Romênia e abandonou os filhos.

Alencar defende estímulo à produção

Ao ocupar a tribuna do Senado pela primeira vez, ontem, o senador José Alencar (PMDB-MG) disse inscrever-se entre os que se comprometem com a causa nacional e, portanto, optam “nitidamente pelo estímulo à produção”. Ele homenageou a memória do ex-senador por Minas Gerais Levindo Coelho, afirmando ser tributário de seu legado e um seguidor de seu exemplo.

Nesse momento de globalização da economia, mais do que nunca, segundo o senador, é preciso estar atento à defesa dos interesses nacionais. Ser nacionalista, hoje, no Brasil, reconheceu José Alencar, transformou-se em sinônimo de “dinossauro”, objeto de chacota. “Mas todos os países que se prezam são nacionalistas”, observou.

Como integrante do PMDB, que participa diretamente do governo, o senador disse que é preciso alertar o governo para a necessária superação da “ausência de cultura negocial”, através da qual o país deveria afirmar seus interesses frente ao mundo, à semelhança do que fazem os Estados Unidos e os países desenvolvidos da Europa.

Na opinião de Alencar, cabe ao Senado, como instituição “visceralmente democrática e pluralista”, papel proeminente no enfrentamento dos desafios atuais.

Levindo Coelho iniciou sua carreira política em 1915, quando foi eleito senador estadual por Minas Gerais, destacou José Alencar. Em 1933, assumiu o mandato de deputado federal e, em 1937, tornou-se prefeito de Ubá, cidade que, em 1998, sufragou 90% dos seus votos para o senador José Alencar. Em 1945, Levindo Coe-



Alencar, em sua estréia, rendeu homenagem a Levindo Coelho, senador eleito em 1945

lho elegeu-se senador com a maior votação do país, acrescentou.

Em aparte, Arlindo Porto (PTB-MG) elogiou a perspectiva com que José Alencar assumia seu mandato, segundo a qual não é a especulação que deve comandar a economia nacional, mas a integração entre capital produtivo e o trabalho, para a geração da renda e do emprego de que o país necessita.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), também em aparte, destacou essa opção de José Alencar, manifestada antes nas reuniões da bancada partidária. Roberto Freire (PPS-PE), por sua vez, registrou sua satisfação por ter participado, “com pequena parte”, da campanha do atual senador por Minas Gerais e de sua defesa de uma economia baseada na produção, que cria e distribui riqueza, contra a especulação e o monetarismo.



Suplicy está preocupado com o estado de saúde e a segurança dos dois menores

Congressistas de MS escolhem Tebet para coordenar bancada

Os parlamentares de Mato Grosso do Sul escolheram o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) como coordenador da bancada federal no Congresso Nacional. A coordenação seguirá um sistema de rodízio e a bancada irá atuar em conjunto na defesa dos interesses do estado junto aos diversos órgãos da administração pública federal:

– O importante é que, a partir de agora, inauguramos uma forma coesa de lutarmos e encaminharmos os pleitos de Mato Grosso do Sul. É um novo tempo em que o pragmatismo norteará nossas ações, colocando sempre o nosso estado em primeiro lugar e acima das cores partidárias – disse o senador Ramez Tebet.

A bancada já definiu sua primeira audiência em conjunto, que acontecerá na próxima terça-feira com o ministro Clóvis Carvalho, chefe da Casa Civil da Presidência da República. Na agenda estarão a liberação de recursos para o estado e a manutenção dos órgãos federais em Mato Grosso do Sul.

Também ficou acertado que a bancada se reunirá regularmente com vistas a obedecer uma agenda comum para evitar desperdício e superposição nas ações desenvolvidas pelos representantes de Mato Grosso do Sul, procurando somar as iniciativas para assegurar resultados concretos em termos de benefícios, obras e recursos para o estado.



Para Tebet, parlamentares agora poderão lutar de forma coesa pelo estado

Senado homenageia o *Correio Braziliense*

O Senado dedicou a primeira parte da sessão plenária de ontem a uma homenagem ao jornal *Correio Braziliense* pela conquista do prêmio *World's Best Design*, concedido pela *Society of News Design*, de Nova York.

O requerimento de homenagem foi de iniciativa do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que ressaltou em seu discurso tanto o processo de reformulação industrial, editorial e gráfica pelo qual o jornal tem passado nos últimos anos como a contribuição dada à população de Brasília.

Também discursaram em homenagem ao *Correio Braziliense* os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Ademir Andrade (PSB-PA) e Romeu Tuma (PFL-SP). Todos os oradores receberam apertes dos colegas, que se aliaram à homenagem. Em nome da Mesa, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a publicação tem servido bem ao país e sido fiel a Brasília e seus habitantes.



Antonio Carlos cumprimentou o presidente dos Diários Associados, Paulo Cabral, pelo prêmio *World's Best Design*

Luiz Estevão faz discurso de saudação

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) abriu a homenagem prestada ao *Correio Braziliense* pela conquista do prêmio *World's Best Design*, concedido pela *Society of News Design*. A primeira parte da sessão plenária foi dedicada à homenagem, atendendo a requerimento formulado pelo senador.

O senador lembrou que o jornal foi fundado em 1808 por Hipólito José da Costa para defender a independência do Brasil. Em 1822, atendido seu principal objetivo, deixou de circular. Com a fundação de Brasília, Assis Chateaubriand – para Luiz Estevão, um dos maiores nomes na história da comunicação e da livre iniciativa no Brasil – fez com que o periódico circulasse novamente.

Estevão ressaltou o papel de Chateaubriand na consolidação da imprensa no país, destacando que o jornalista e empresário considerava o destino do Brasil “muito maior que suas dificuldades e seus problemas”.

O senador lembrou “o extraordinário processo de mudanças” por que passou o *Correio* nos últimos quatro anos, alterando sua linha editorial e suas instalações físicas. Nesse período, lembrou, o jornal conquistou três vezes o prêmio Esso, 12 vezes o prêmio OK e duas vezes o prêmio Rei da Espanha.

– Este ano, conquistou o prêmio da *Society of News Design*, tornando-se um dos pouquíssimos jornais brasileiros a ter obtido tal galardão – afirmou, lembrando que o jornal realizou, proporcionalmente, o maior investimento em modernização de um parque gráfico no país.

O senador recordou que o jornal “sem-



Estevão disse que a campanha *Paz no Trânsito*, lançada pelo jornal, causou “uma das maiores reduções da violência no trânsito de todos os tempos”

pre se associou à defesa da representação política de Brasília”, tomando a iniciativa de realizar seminários sobre o assunto já na década de 80 e prestando “uma extraordinária contribuição a dar ao debate sobre o futuro da cidade”.

Estevão citou a campanha *Paz no Trânsito*, iniciada pelo jornal, que provocou “uma das maiores reduções da violência no trânsito de todos os tempos”. E elogiou a postura do jornal nas últimas eleições, quando o *Correio* “teve o cuidado de realizar diversas pesquisas sobre a opinião do público com relação à postura do jornal”.

O senador enalteceu o perfil do presidente dos Diários Associados,

Paulo Cabral de Araújo, que ocupou um lugar na Mesa durante as homenagens. Luiz Estevão destacou o passado de Paulo Cabral na política (foi prefeito de Fortaleza aos 28 anos e, em seguida, deputado federal mais votado no estado), da qual se afastou para integrar a equipe de Assis Chateaubriand nos Diários Associados.

Em aparte, o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), afirmou que Luiz Estevão fazia seu discurso em nome do partido. O representante do Pará desejou que o jornal “sirva de exemplo para a imprensa brasileira de um jornalismo sério e competente”. Em outro aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) parabenizou o *Correio* em nome dos tocantinenses e do governador do estado e seu pai, Wilson Siqueira Campos.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que Chateaubriand era paraibano. Ressaltou a forte influência dos Diários Associados em seu estado, onde há o jornal, a rádio e a televisão *O Norte*, além do *Diário de Borborema* e da Rádio Borborema. Maguito Vilela (PMDB-GO), em nome dele e dos senadores Iris Rezende e Mauro Miranda, qualificou Paulo Cabral como “um baluarte da imprensa brasileira”.

Por fim, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) parabenizou o *Correio* em nome de seu partido e da região amazônica.

Luiz Estevão desejou que o jornal continue sendo um modelo de boa gestão empresarial e de confiança no futuro do país, sem deixar “sua profissão de fé na independência e na certeza de que o aprimoramento do Brasil passa pela coragem da imprensa de exercer seu papel”.

Prêmio é fruto de coragem e criatividade, diz Arruda

Ao falar durante a homenagem prestada ao *Correio Braziliense*, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou que o prêmio concedido ao jornal é o “Oscar do jornalismo mundial” e que “a verdadeira agraciada foi a liberdade de imprensa”.

Arruda destacou que o *Correio* começou a circular em Brasília graças a um momento de convergência entre o então presidente Juscelino Kubitschek e o jornalista Assis Chateaubriand, iniciando suas atividades no dia da inauguração da nova capital, completando, portanto, 39 anos no próximo dia 21 de abril.

O senador parabenizou o presidente dos Diários Associados, Paulo Cabral, por ter tido a iniciativa, em 1993, de promover uma reformulação gráfica do jornal, mesmo tendo liderança folgada de vendas no Distrito Federal. Arruda lembrou ainda que constam no currículo do jornal diversos outros prêmios, como dois Esso – um regional e um nacional – e o de Veículo do Ano.

Quanto ao prêmio *World's Best Design*, Arruda informou que é o 20º concedido pela *Society of News De-*

sign e o primeiro dado a um jornal brasileiro. Participaram do concurso 291 jornais de todo o mundo e foram inscritos 13.089 trabalhos, segundo o senador.

Arruda afirmou que o *Correio* é “um jornal livre e independente, que pratica um jornalismo sério”. Destacou que é o primeiro jornal que chega à casa dos parlamentares e do presidente da República.

– A coragem, a criatividade e a ousadia só aumentam a responsabilidade de quem faz o jornal, porque criam no leitor a expectativa de ver algo sempre nesse alto nível – disse, referindo-se às inovações gráficas que renderam ao *Correio* o prêmio internacional.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou também se sentir homenageado, por ser repórter licenciado do *Correio Braziliense* desde que iniciou sua vida pública. Lobão contou que nunca quis se desligar definitivamente do jornal, do qual foi editor-chefe, cargo que hoje é ocupado pelo jornalista Ricardo Noblat.



Segundo o senador José Roberto Arruda, prêmio concedido é o “Oscar do jornalismo mundial”

Tuma diz que beleza gráfica se acrescenta à credibilidade

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) considerou "uma ousadia" sua discursar em homenagem ao jornal *Correio Braziliense* depois dos senadores do Distrito Federal. Observou, no entanto, que como líder do governo não poderia deixar de se associar "a esse fato histórico que é ver um órgão de imprensa de Brasília ser incluído entre os 17 jornais mais bem feitos do mundo, segundo a Society for News Design, possuidora de 2.600 associados em 49 países".

Tuma lembrou que, embora o *Correio Braziliense* circule em Brasília apenas desde 21 de abril de 1960, ele retomou a tradição do jornal publicado em Londres por Hipólito José da Costa, entre 1808 e 1823, com o mesmo nome. "Foi graças à visão de um portento de nossas comunicações, o jornalista Assis Chateaubriand, criador dos Diários Associados, que Brasília ganhou o jornal que estamos homena-



Tuma lembra que *Correio* retomou, na fundação, a tradição de Hipólito José da Costa

geando hoje", destacou.

Para Tuma, além do *Correio Braziliense* ter esmero e beleza na apresentação gráfica, ele se mantém vibrante, preciso, metucioso, isento e senhor de toda a credibilidade.

Em apertados, os senadores Ramez Te-

bet (PMDB-MS), Bernardo Cabral (PFL-AM), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) associaram-se à homenagem ao *Correio Braziliense*. Também apartando, o senador José Alencar (PMDB-MG) lembrou seus tempos de menino, no interior de Minas, quando eram os Diários Associados que informavam a população sobre os últimos acontecimentos da 2ª Guerra Mundial. "Fiel a essa tradição, o *Correio Braziliense*, hoje, mantém o mesmo compromisso com Brasília e com o Brasil", disse.

Para Casildo Maldaner (PMDB-SC), o *Correio* faz parte do café da manhã dos parlamentares de outros estados como ele. "Nunca me esqueci da frase de Ulysses Guimarães, alertando a todos do partido da necessidade de nunca sair de casa sem dar, pelo menos, uma olhada num jornal. Aqui, em Brasília, esse jornal é o *Correio Braziliense*", finalizou.

Ademir pede cobertura voltada a questões sociais

Durante discurso em homenagem ao *Correio Braziliense*, ontem, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu à equipe do jornal que "uma linha jornalística mais dedicada às graves questões estruturais da sociedade brasileira acompanhe a excelência conquistada pela apresentação gráfica".

– Infelizmente, nosso jornalismo, principalmente aquele dos grandes veículos de comunicação, e o *Correio* é um desses, tende com muita facilidade a se alinhar à posição dos detentores do poder, transformando nosso país em um monótono discurso de aplauso às políticas oficiais de governo – criticou Ademir.

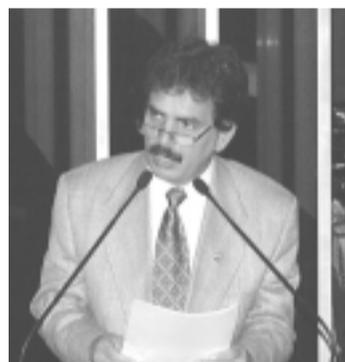
A premiação do *Correio* indica, na avaliação do senador, um desenvolvimento da democracia do país. Para ele, a capacidade de planejar a parte gráfica do jornal é um passo importante, e, em breve, "o jornalismo dedicado ao povo e não aos interesses dos poderosos também será um dia premiado".

Ademir destacou a atuação do jornal, como no caso do assassinato do jornalista Mário Eugênio, matéria que sempre recebeu atenção do *Correio Braziliense*.

– Saber que um jornal de Brasília foi considerado da mesma qualidade de jornais como o *The New York Times* ou *El País* é efetivamente motivo de orgulho e júbilo para nosso Brasil, sempre tão castigado pela fama de país de segunda categoria – disse o senador pelo Pará.

O processo de remodelação gráfica do *Correio Braziliense* teve, segundo Ademir, seu esforço recompensado, não apenas pelo prêmio de melhor design, como pelas capas de quatro edições de 1998, também laureadas.

– Um jornalismo dinâmico e independente, crítico em relação aos fatos da sociedade, é tudo que se pede de um bom jornal. Não se trata de ser de oposição ou chapa-branca. Trata-se de ser fiel a um modelo de sociedade que



Ademir: um jornalismo independente e crítico é tudo o que se pede de um bom jornal

se defende. Assim, teremos um grande jornalismo, belo em sua parte gráfica e sério em suas reportagens – afirmou.

Antes de encerrar, Ademir concedeu aparte à senadora Marina Silva (PT-AC). Na condição de líder do Bloco Oposição, Marina revelou o orgulho de um meio de comunicação do Distrito Federal ter recebido a premiação.

Mozarildo vê compromisso com a verdade

O diário *Correio Braziliense* "pratica um jornalismo de excelência, inteiramente voltado para os interesses da comunidade e comprometido com a verdade e a ética". A opinião foi manifestada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), na homenagem prestada ao jornal.

– É com esses saltos de qualidade e com fidelidade ao seu leitor que o *Correio* se vem firmando como um jornal sério sem ser sisudo, moderno, agradável de se ler e absolutamente confiável na divulgação e na interpretação dos fatos – disse Mozarildo, da tribuna.

O senador por Roraima afirmou que teve a oportunidade de acompanhar o jornal de perto, quando foi deputado



"O prêmio soube fazer justiça à luta pela boa informação", afirma Mozarildo Cavalcanti

federal, de 1982 a 1990. "O *Correio Braziliense* não deixa nada a dever aos

grandes jornais do Sul e do Sudeste do país", avaliou Mozarildo.

O fato de o diário da capital do país ter sido o segundo da América Latina a receber a premiação também foi destacado pelo senador. Na sua opinião, a importância da "honoraria recebida" pode ser medida pela quantidade de jornais que competiram com o *Correio Braziliense* (291), que inscreveram 13.089 trabalhos publicados somente em 1998.

– O prêmio soube fazer justiça a um periódico incansável na sua luta pela boa informação, confirma a qualidade editorial e estética do periódico e envidace o jornalismo brasileiro – declarou, antes de parabenizar a equipe do jornal, presente ao plenário do Senado.

Para ACM, *Correio* tem servido bem ao país

Ao associar-se às palavras de todos os senadores que discursaram durante a homenagem ao jornal *Correio Braziliense*, em nome da Mesa Diretora, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a publicação tem servido bem ao país.

– É com muita alegria que vivo este momento, dado que tive minha vida profissional iniciada nos Diários Associados, já como Paulo Cabral sendo figura eminente. Daí por que também me sinto homenageado com o prêmio do *Correio Braziliense* – afirmou Antonio Carlos.

A longa história do jornal, fundado em 1808, foi lembrada pelo presidente do Senado. Para ele, o *Correio Braziliense* renasceu com Brasília, com sua ação fiel à capital e aos seus habitantes e leitores.

– O *Correio Braziliense* é a mola mestra da capital federal, no sentido de informar bem e prestigiar todas as ações promovidas nesta para que ela exista cada vez mais forte – declarou.

Antonio Carlos congratulou Paulo Cabral e todos os trabalhadores do *Correio* pela conquista do prêmio, que, segundo ele, não é apenas do jornal, mas da capital federal e do povo brasileiro.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia - Musculação
7h30 – Especial Unip - Rim e pressão arterial
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia - Ginástica Olímpica
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
12h30 – Entrevista - O senador Amir Lando fala sobre o pacto federativo
12h55 – Senado em Pauta
13h – Cores do Brasil - Dendê da Bahia
13h30 – Consulta Marcada - Enxaqueca
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – Cores do Brasil - Diamantina
19h – Palestra - Relações Amorosas
20h – Cores do Brasil - Amazonas
20h30 – Entrevista - O senador Amir Lando fala sobre o pacto federativo
21h – Jornal do Senado
21h15 – Consulta Marcada - Enxaqueca
21h55 – Senado em Pauta
22h – Espaço Cultural - Puccini
22h55 – Senado em Pauta
23h – Consulta Marcada - Enxaqueca
0h – Especial - Madagascar

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária (ao vivo)

Em seguida – Música e informação

19h – "A Voz do Brasil"

Em seguida – Música e informação

20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"

Em seguida – Música e informação

21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"

Em seguida – Música e informação

21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"

Em seguida – Música e informação

0h – Sessão Plenária (reprise)

Em seguida – Música e informação

SÁBADO

10h30 – "Autores e Livros" - Entrevista com o poeta, cronista e crítico literário Affonso Romano de Sant'Anna.

A apresentação é da professora Margarida Patriota

11h – "A Música Erudita" - Quinto programa do pianista Claudio Arrau, com apresentação do senador Artur da Távola

16h – "A Música do Brasil" - Uma homenagem aos grandes nomes da MPB nascidos no mês de março. Entre eles: Ademilde Fonseca, Inesita Barroso e Elis Regina. A apresentação é do senador Artur da Távola

20h – "Instrumental de Ouro" entrevista a "Grande Dama da Flauta Brasileira", a professora Odete Ernest Dias

22h – "Essa Bossa Sempre Nossa" - O tema desta semana enfatiza o segundo instante do movimento da Bossa Nova, a politização das canções. A apresentação é do senador Artur da Távola

DOMINGO

11h – "A Música Erudita" (reprise)

17h – "Essa Bossa Sempre Nossa" (reprise)

19h30 – "Autores e Livros" (reprise)

22h – "A Música do Brasil" (reprise)

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Projeto impede aplicação no país de leis estrangeiras

O objetivo dos autores da proposta, senadores Eduardo Suplicy e Roberto Requião, é proteger a soberania nacional

A edição, pelo governo norte-americano, de uma lei que prevê sanções para empresa ou pessoa, de qualquer nacionalidade, que realizar negócios com o governo cubano motivou os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Requião (PMDB-PR) a apresentar projeto de lei que impede a aplicação, no Brasil, de leis estrangeiras de caráter discriminatório, que tenham efeitos extraterritoriais e afetem o comércio ou os investimentos internacionais.

Na justificativa do projeto, eles afirmam que a chamada "Lei Helms Burton" chocou a comunidade interna-



Requião condena lei dos Estados Unidos contra Cuba

cional e levou países como o Canadá e o México e até mesmo a União Européia a tomar medidas legislativas aptas a neutralizar eventuais lesões ao patrimônio de seu cidadãos.

Para os dois senadores, o Brasil também precisa tomar medidas de proteção de sua soberania, posicionando-se, "enfaticamente, contra o arbítrio e a truculência" representados na lei citada. As conseqüências danosas daquela lei ao conceito dos Estados Unidos foram detectadas até mesmo pelo presidente norte-americano, Bill Clinton, que suspendeu os seus

efeitos por um ano, lembram Requião e Suplicy.

Segundo o projeto, distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, as sentenças ou laudos arbitrais estrangeiros fundados em leis discriminatórias que prejudiquem o comércio internacional não poderão ser homologadas no Brasil.

Essa grosseira violação do princípio de territorialidade das leis dessa legislação anti-Cuba constitui perigoso precedente que atenta contra a própria estabilidade das relações internacionais e da convivência pacífica entre as nações. A medida legislativa que propomos é uma veemente tomada de posição contra o retrocesso e a falta de bom senso – argumentam Suplicy e Requião.

Alcântara defende dedução de gastos com livros e jornais do Imposto de Renda

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) quer que as despesas efetuadas com a aquisição de livros e com a assinatura de jornais e revistas possam ser deduzidas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Projeto nesse sentido foi apresentado pelo senador no início desta legislatura.

Na justificativa da proposta, o senador ressalta que dez milhões de brasileiros declaram Imposto de Renda, todos os anos. O mercado editorial nacional, entretanto, é formado por pouco mais de três milhões de leitores. Com o projeto, Lúcio Alcântara pretende "corrigir essa insensata e cruel disparidade". O parlamentar argumentou que a aprovação da

proposta levará ao aumento de leitores no Brasil e, conseqüentemente, ao fortalecimento da consciência democrática do povo.

Lúcio Alcântara afirma também que a elite brasileira ainda não descobriu que "o desenvolvimento de qualquer país tem a educação como base" – o que seria comprovado pelos países que integram hoje o chamado Primeiro Mundo.

O senador manifesta seu desejo de que a atividade empresarial da palavra – a editorial e a jornalística – seja



Lúcio Alcântara vê educação como base do desenvolvimento

reconhecida como "poderoso instrumento no processo de revigoramento e alavancagem, ora pretendido, da educação na sociedade brasileira".

Atualmente, de acordo com a lei, são permitidas deduções de despesas médico-hospitalares, pagamentos a estabelecimentos de ensino de primeiro, segundo e terceiro grau, desconto por dependentes, contribuição previdenciária, pensões alimentícias e despesas escrituradas em livro-caixa.

Luzia quer garantir aos avós o direito de visitar netos

Um projeto de lei apresentado pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), acrescenta parágrafo à Lei do Divórcio estendendo aos avós, a critério do juiz, o direito de visita aos próprios netos, observados os interesses da criança ou adolescente. A matéria, que atualmente aguarda o recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), iniciou sua tramitação na terça-feira.

Ao justificar a proposta, Luzia Toledo lembra que as separações judiciais e divórcios muitas vezes resultam em irritações e aborrecimentos recíprocos que podem se estender a terceiros, no caso os avós, ferindo até ao direito impli-

cito de visitação aos netos, até então não garantido na ordem jurídica brasileira.

– O calor do litígio, mal superado pela decisão judicial, foge à compreensão que o avô ou avó, genitores do cônjuge que foi privado da guarda, sejam também punidos pela proibição de visitarem seus próprios netos – comentou Luzia Toledo.

EXECUÇÃO

Outro projeto de lei apresentado por Luzia Toledo também altera a Lei do Divórcio de modo a possibilitar a executoriedade do direito de visita. A proposta permite ao pai ou mãe que não detém a custódia do filho, fazer cumprir a visitação de acordo com o que foi determinado na sentença judicial. A maté-



Luzia Toledo pretende modificar a Lei do Divórcio

ria também encontra-se na CCJ, aguardando a apresentação de emendas.

O projeto da senadora pelo Espírito Santo também prevê que, caso haja resistência injustificada ao direito de visita, o juiz advertirá o guardião da possibilidade de sua alteração. Se o genitor que mantém a guarda insistir em negar o direito de visita, poderá perder a custódia do filho. Determina ainda que a visitação também fica garantida aos filhos nascidos fora do casamento civil.

Lobão prevê recuperação da economia brasileira

Ao fazer um balanço da situação econômica do país, o senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou que esta "não é a primeira crise mundial que alcança o Brasil, nem será a última". De todas essas crises, afirmou, "temos saído airosamente, encontrando as soluções que não nos deixam escapar dos trilhos do desenvolvimento".

O senador disse que a população brasileira está assustada com os graves acontecimentos que têm afetado os países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil.

– As notícias econômicas, que diariamente freqüentam o noticiário da imprensa, notadamente a televisão, são de molde a infundir justificados temores. Teme-se pelo emprego, teme-se pelos salários, teme-se a insegurança pública, teme-se as carências que ocorrem nos setores da saúde e da educação – observou.

Para o senador, há nesses temores, naturalmente, um fundo psicológico, emocional, que exagera as perspectivas pessimistas.

Na sua opinião, há uma parcela



Lobão lembra que país já enfrentou outras crises

considerável de brasileiros que confia na recuperação do Brasil. Lobão disse que, de acordo com as observações do jornalista econômico Aloysio Biondi, do jornal *Folha de S. Paulo*, ao contrário das expectativas de renomados economistas, "os Tigres Asiáticos, que vêm desobedecendo o FMI, estão em franca recuperação". Segundo

ainda o jornalista citado por Lobão, a Tailândia, onde a crise começou, chegou a acusar queda de 20% na produção industrial, em março de 1998. Já em julho, a retração foi de 12%.

– Eis, portanto, um fundamento que alavanca a certeza da rápida recuperação brasileira: os primeiros países atingidos pela crise da globalização já estão outra vez de pé, subindo os degraus do desenvolvimento. Nós próprios, com as drásticas iniciativas do Executivo apoiadas pelo Congresso, já estamos perambulando o bom caminho, reconquistando e consolidando a nossa posição no concerto internacional das nações – concluiu o senador maranhense.

Hugo Napoleão pede manutenção de órgãos federais no Piauí

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) dirigiu apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que seja repensada a política de transferência e extinção de superintendências e representações de alguns órgãos públicos federais instalados no Piauí. Além da delegacia do MEC, já extinta, Napoleão tomou conhecimento de que o governo cogita acabar com a diretoria do Dnocs e a superintendência do Banco do Brasil, entre outros órgãos que funcionam no estado.

Mesmo reconhecendo que o Brasil vive uma grave crise econômica provocada pelo desequilíbrio nas finanças públicas, e que um ajuste de contas é necessário, Hugo Napoleão disse que não aceita medidas que possam agravar ainda mais a difícil situação do Piauí. Ele criticou o governo por, em nome do ajuste, estar promovendo uma concentração na distribuição regional de rendas, prejudicando os estados mais pobres.

Napoleão comentou que, ao longo da história econômica brasileira, o Norte e o Nordeste têm ficado à margem do processo de desenvolvimento do país. Ele acrescentou que, muitas vezes, para se justificar a continuidade dos desequilíbrios regio-



Napoleão aponta discriminação contra Nordeste

nais, são veiculados na mídia, na burocracia estatal e em alguns segmentos da sociedade, desvios na aplicação de recursos públicos nas duas regiões.

– Dissemina-se, assim, uma visão proposadamente deturpada, segundo a qual o Nordeste é o maior beneficiário da distribuição de receitas federais. Recebe muito e pouco aplica nos programas de interesse público. Essa aritmética é falsa. Não corresponde à realidade dos fatos – protestou Napoleão.

Para o senador, um diagnóstico isento do Brasil leva à conclusão de que as informações "distorcidas e discriminatórias" sobre o Nordeste servem como pano de fundo para justificar a distribuição desigual de recursos e programas. A notícia da extinção de representações, delegacias e superintendências de órgãos e autarquias federais no seu estado, segundo Napoleão, é uma prova dessa postura.

– Estamos e continuaremos alinhados ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso na busca de soluções para a crise econômica. Mas gostaríamos de fazer uma ponderação, para evitar que o remédio mate o doente, dado o exagero da dose ministrada – explicou.